
Políticas públicas para o cinema nos países lusófonos da África: uma breve apresentação¹

Cláudio Bezerra²

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Resumo

Esta comunicação tem por finalidade apresentar os resultados parciais de uma pesquisa sobre as políticas para o cinema dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A coleta de dados foi efetuada em *sites* e redes sociais oficiais dos cinco países e na base de dados da Legispalop+TL. A pesquisa identificou que a falta de recursos, os problemas sociais básicos, a precariedade em termos de infraestrutura e, sobretudo, a instabilidade política que perdura em quase todos os países, o Audiovisual ainda não é compreendido como setor estratégico para o desenvolvimento econômico, cultural e social. No entanto, apesar das limitações, ao menos quatro dos cinco países que compõem os Palop possuem políticas para o setor, com instituições e legislação específica.

Palavra-chave: audiovisual; cinema em português; políticas públicas; Palop; diversidade cultural.

Introdução

O mercado Audiovisual, que envolve produção, comercialização, exibição e circulação de conteúdos e serviços para o cinema, a televisão e as diferentes mídias e plataformas digitais é um dos setores mais dinâmicos da economia global. De acordo com estudo da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC, 2023), a estimativa é que até o final deste ano de 2025 apenas o setor cinematográfico deva arrecadar mundialmente US\$ 43 bilhões. No entanto, a relevância do Audiovisual ultrapassa a dimensão econômica, pois envolve duas outras dimensões igualmente importantes: a circulação de valores culturais dos países de origem e a inclusão social, para garantir a diversidade de expressão e a inserção dos diferentes povos no ambiente da sociedade global (Unesco, 2007; Albornoz e Leiva, 2017).

A partir do entendimento do Audiovisual como uma área de grande potencial de desenvolvimento econômico, cultural e social, e das políticas públicas como instrumentos fundamentais para construir e efetivamente garantir essa tripla dimensão do setor, esta comunicação tem por finalidade apresentar os resultados parciais de uma pesquisa sobre

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Multimeios, professor do Curso de Jornalismo e do Mestrado Profissional em Indústrias Criativas da Escola de Tecnologia e Comunicação da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: claudio.bezerra@unicap.br.

as políticas para o cinema dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Metodologia

Esta pesquisa vem sendo conduzida a partir de um estudo exploratório, uma abordagem que se mostra adequada para estudar uma área ainda pouco investigada (Creswell, 2007), como é o caso das políticas públicas para o cinema nos países lusófonos da África. A investigação envolve a coleta e análise de fontes primárias governamentais, a exemplo das legislações direcionadas ao cinema dos países investigados em *sites* e nas redes sociais oficiais dos cinco países e na base de dados da Legispalop+TL. Foram ainda consultadas fontes secundárias, como artigos científicos, teses e dissertações, na plataforma Google Scholar.

Fundamentação teórica

Em uma perspectiva mais geral, a política pública é o que coloca o Estado em ação (Souza, 2006). No caso específico desta investigação interessa saber a ação do Estado no âmbito específico da cultura. Pode-se dizer que uma política cultural diz respeito a um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados com o intuito de orientar o desenvolvimento simbólico e satisfazer as necessidades culturais da população. Para Canclini (2005), uma política cultural eficiente e atual deve ser capaz de contemplar a heterogeneidade e a diversidade social contribuindo para o respeito e o convívio com as diferenças.

Resultados parciais

A pesquisa identificou que em função da falta de recursos, dos problemas sociais básicos, da precariedade em termos de infraestrutura e, sobretudo, da instabilidade política em quase todos os países, o Audiovisual ainda não é compreendido como setor estratégico para o desenvolvimento econômico, cultural e social. No entanto, à exceção de São Tomé e Príncipe, que não possui uma legislação voltada para o cinema, os Palop possuem políticas para o setor, com órgãos e leis específicas.

Nesse cenário, Cabo Verde se destaca por inaugurar uma nova fase para o cinema com a instituição de um quadro normativo-legal recente, a partir da aprovação da sua primeira Lei do Cinema, em 2020. Impulsionada por editais públicos, a produção

cinematográfica caboverdiana parece mostrar sinais de crescimento, embora os recursos de fomento sejam poucos e para um número reduzido de produtores.

Referências

ALBORNOZ, Luis; LEIVA, Maria Trinidad. **El audiovisual en la era digital: políticas y estrategias para la diversidad**. Madrid: Cátedra, 2017.

ARENAS, Fernando. **África Lusófona: além da independência**. São Paulo: Edusp, 2019.

CANCLINI, Nestor García. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 69-81.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LEGISPALOP+TL. Disponível em: <https://www.legis-palop.org/> Acesso em: 29 abr. 2025.

PWC. **Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2023–2027**. Tempo de redefinir expectativas, fortalecer a operação e impulsionar o crescimento. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/entretenimento-midia/2024/tl-pesquisa-global-de-entretenimento-e-midia-2023-2027.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, in: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2007. Disponível em: <http://www.ibermuseum.org/wp>